

ANÁLISE DOS DIREITOS HUMANOS RELACIONADOS A SAÚDE DA MULHER GRÁVIDA: REVISÃO DE LITERATURA

Bruna Vitória Brito da Silva¹

Amanda Kaline Brito Barroso¹

Francisco Cauã Galdino Fontenele¹

Pâmela Munick de Sousa Cardoso¹

Guilherme Antonio Lopes de Oliveira²

RESUMO

Introdução: Os direitos humanos da gestante devem englobar a saúde, uma boa qualidade de vida e uma boa assistência durante todo o processo de gravidez. No entanto, a violência obstétrica é algo comum e bastante normalizado na sociedade. **Objetivo:** O objetivo desse estudo é analisar os direitos humanos da mulher e como ele pode ser violado. **Metodologia:** Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, utilizando bases de dados como a SciELO para melhor investigação. **Resultados e Discussão:** Segundo os artigos analisados, foi possível perceber que, sobretudo para mulheres negras e/ou de baixa renda, as diversas formas de violência obstétrica são bastante comuns, com a presença e abusos psicológicos e negligência hospitalar. **Conclusão:** Conclui-se que dificilmente os direitos humanos da gestante são devidamente respeitados, porém, mostra-se de suma importância que eles sejam atendidos para uma gravidez plena e livre de consequências negativas.

Palavras-chave: Gestantes. Direitos humanos. Violência obstétrica.

1 INTRODUÇÃO

Os direitos humanos da mulher gestante englobam o direito à saúde, a vida com mais dignidade, e principalmente uma assistência humanizada maior no pré-natal, parto e pós-parto.

¹ Graduando(a) em Fisioterapia – Centro Universitário Chrisfapi.

² Docente do Curso de Fisioterapia – Centro Universitário Chrisfapi



Toda mulher tem direito a um cuidado respeitoso, infelizmente, a violência obstétrica ainda é uma questão complexa e sensível que afeta mulheres em todo o mundo durante o período de gestação e pós-parto (Meira; Sousa; Publio, 2023).

A violência obstétrica, é um fenômeno que abrange diversas práticas desrespeitosas podendo ser até mesmo cruéis contra as mulheres, essa forma de violência muitas vezes é de forma invisível e complexa, podendo ter impactos profundos na saúde física e emocional das mulheres, ela pode se manifestar de várias maneiras, desde a negação de tratamento até a realização de procedimentos invasivos não consentidos (Pereira; Costa, 2026).

A literatura afirma que apesar de terem conquistado o direito de trabalhar apenas recentemente, mulheres já trabalham há séculos, seja com atividades domésticas, ou de cuidado, porém sem receber algum reconhecimento ou remuneração. Atualmente, o cenário teve algumas mudanças, entretanto, os direitos femininos continuam limitados; “cuidar da casa” e ser mãe são fatores determinantes na inserção de uma mulher no mercado de trabalho. Em um estudo realizado com as mães acadêmicas de uma universidade pública do Rio Grande do Sul demonstrou que entre os principais desafios enfrentados por elas, a dificuldade em conciliar o trabalho e as atividades relacionadas à maternidade, necessitando de mais tempo para cumprir todos os deveres (Schlemmer, *et al.*, 2026).

Ademais, a desigualdade entre homens e mulheres, um fator historicamente determinante na sociedade, também tem influência no que se refere aos direitos de maternidade entre ambos os sexos. Apesar de terem a possibilidade de trabalhar e receber um salário, a desigualdade ainda perdura no ambiente de trabalho com a significativa diferença legislativa e de remuneração entre homens e mulheres, como é o caso da licença maternidade e paternidade, que ainda é extremamente hierarquizado e estratificado em relação ao sexo, como também à cor, renda e outras variáveis (Sorj; Fraga, 2022).

A saúde da mulher durante a gravidez é um assunto que envolve não só questões de saúde, mas também direitos humanos e sociais. Durante esse período, a mulher precisa ter acesso a um atendimento de qualidade, com respeito, segurança e informações sobre sua própria saúde. Porém, nem todas conseguem ter esse atendimento da mesma forma, principalmente por causa das desigualdades sociais e econômicas. Essas diferenças podem dificultar o acesso aos serviços de saúde e até interferir nas escolhas da mulher sobre a maternidade (Diniz, *et al.*, 2025).

Além disso, algumas mulheres acabam passando por situações de desrespeito, falta de informação ou até violência durante o atendimento. Por isso, é importante analisar a saúde gestacional também pelo ponto de vista dos direitos humanos, buscando entender quais são os principais problemas enfrentados pelas mulheres e como eles podem ser evitados. Dessa forma, garantir uma gravidez mais segura também significa garantir respeito, autonomia e dignidade (Schettini; Stanchi, 2026).

Este estudo também busca compreender a maneira que esses direitos são direcionados as gestantes, ajudar a identificar as barreiras e as desigualdades no acesso aos serviços públicos de saúde, além de enfatizar a necessidade de uma assistência que respeite, e que ofereça segurança e bem estar físico e emocional da gestante. No aspecto físico, a violência se manifesta por meios que causam dor e danos ao corpo, como a falta de analgesia, técnicas realizadas de forma incorretas e entre outros. Em aspectos psicológicos, está relacionado a ações verbais que afetam o bem estar emocional e diminui a autoestima das gestantes (Meira; Sousa; Publio 2023).

2 OBJETIVOS

O artigo tem como objetivo de investigar os direitos humanos relacionados a saúde de mulheres durante o período de gestação. Fazer a análise se ela terá acesso a assistência de pré-natal adequado e seus direitos respeitados. 1

3 MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo, exploratório e qualitativo. Esse método foi escolhido por permitir acesso a diversos estudos já publicados, possibilitando conclusões gerais a respeito das mulheres gestantes e seus direitos no Brasil.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de uma única base de dados: Scientific Electronic Librany online (SciELO). A escolha dessa fonte se deu pela sua grande relevância científica, abrangência nacional e internacional na área da saúde, e por seu acesso totalmente gratuito.

A busca inicial identificou 35 estudos potencialmente relevantes. Após leitura de títulos e resumos, 15 foram excluídos por não estarem dentro da abordagem do tema. Dos 20 artigos



elegíveis, 12 foram excluídos após leitura completa por apresentarem dados redundantes ou não dialogarem com o foco temático. Assim, 8 estudos compuseram a versão final desta revisão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao conhecimento do termo violência obstétrica, foi verificado através de um gráfico, que 80% das mulheres entrevistadas conhecem o significado desse termo e 20% não tinham conhecimento sobre esse assunto, foram realizadas oito perguntas para analisar conhecimento das mulheres em relação a alguns tipos de violência obstétrica e verificou-se que há conhecimento na metade dos tipos citados (Lacerda; Mariano; Passos, 2022).

Foi realizada uma pesquisa, a partir da literatura, a fim de entender a relação entre os direitos humanos e a maternidade e como eles podem ser feridos nesse contexto.

Quadro 1 – Análise bibliográfica da situação da gestante no Brasil

Autores	Objetivos	Base de Dados	Achados
Medina <i>et al.</i> , (2023)	Comparar a assistência obstétrica em uma casa de parto e em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS).	SciELO	Dados da pesquisa Nascer no Brasil apontaram que a assistência ao parto normal apresenta um modelo hospitalar hegemônico, reafirmando a necessidade de mudanças na assistência obstétrica.
Arantes, <i>et al.</i> , (2025)	Compreender os sentidos que as mulheres que vivenciaram uma gestação de alto risco atribuem aos determinantes sociais de saúde.	SciELO	Mulheres com condições socioeconômicas desfavorecidas, em sua maioria negras, são mais propensas a apresentarem comorbidades prévias ou desenvolvidas no ciclo gravídico-puerperal.
Keil, <i>et al.</i> , (2022)	Analisar a percepção das gestantes sobre a atuação da fisioterapia em obstetria.	SciELO	A prática de exercícios físicos durante o período gestacional se faz de extrema importância para promover saúde, prevenir agravos e tratar de possíveis disfunções.
Schettini; Stanchi, (2026)	Analisar a violência obstétrica como violação dos direitos humanos e forma de tortura.	SciELO	A violência obstétrica pode configurar violação dos direitos humanos e ser uma forma de tortura.



Leite, <i>et al.</i> , (2024)	Apresentar o panorama da violência obstétrica no Brasil.	SciELO	Identificou fatores de riscos, diferentes formas de violência e consequências para a saúde da mulher.
Petry, <i>et al.</i> , (2025)	Analisar a proteção do direito a saúde das mulheres na corte IDH e a sua relação com a discriminação de gênero.	SciELO	Evidenciou a vulnerabilidade das mulheres, especialmente durante a gestação e o pós-parto.

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2026)

Foi observado menores frequências de intervenções como uso de nicotina, amniotomia e a manobra de Kristeller. Houve maior frequência de aleitamento materno e menor realização de aspiração das vias aéreas e gástricas. Apesar das diferenças nas assistências, prejuízos não foram identificados nos principais resultados maternos e neonatais, indicando que a casa do parto disponibiliza atendimento mais humanizado, mantendo segurança para a mãe e o recém nascido (Medina *et al.*, 2023).

De acordo com o quadro e as informações apresentadas, conclui-se que a gestação de alto risco não está relacionada apenas às condições clínicas, mas também é influenciada pelos determinantes sociais da saúde. De acordo com os resultados, fatores como baixa escolaridade, desinformação e dificuldades financeiras interferem diretamente nas condições de vida e na saúde das gestantes. Embora muitas gestantes tenham mudado esses hábitos durante a gestação, procurando a melhor maneira de cuidar da saúde do bebê, as recomendações de saúde foram dificultadas por fatores que ainda ocorrem como sofrimento psicológico e sobrecarga durante o dia a dia. Assim, relatando que não apenas os aspectos biológicos dificultam a gestação mas também condições sociais e econômicas (Arantes *et al.*, 2025).

Com base na tabela que o artigos nos apresenta, observa se que a maioria das gestantes participantes são jovens, multigesta e renda familiar de 1 ou 3 salários mínimos. As participantes apresentavam como nível de escolaridade ensino médio completo e a maior parte estavam de 23 e 32 semanas de gestação. Esses dados são de um grupo de mulheres jovens e de menor de faixa de renda, que podem estar limitadas aos serviços de fisioterapia obstétrica. Dessa forma, os resultados mostram a necessidade de aumentar o acesso e orientações sobre a fisioterapia durante o pré e pós parto, considerando que nenhuma das gestantes havia contato com esse profissional (Keil *et al.*, 2022).

Segundo a literatura, a violência obstétrica pode ser definida, de acordo com o Sistema Interamericano dos Direitos Humanos (SIDH), como uma violação dos direitos humanos sustentada por diversas variáveis, tais como o racismo, a discriminação de gênero e de classe. Além disso, o acesso a uma saúde de qualidade e profissionais capacitados ainda é uma realidade difícil de alcançar para algumas mulheres, especialmente as de baixa renda e/ou que vivem em regiões menos desenvolvidas (Schettini; Stanchi, 2026).

Em uma pesquisa realizada por Leite *et al.* (2024), traçada através de estudos nacionais realizados com base na violência obstétrica vivida por mulheres brasileiras, tais como a pesquisa Nascer no Brasil I, mostrou que, de aproximadamente 24 mil mulheres, 11,1% sentiram-se desrespeitadas durante todo o parto, relatando abusos como a ausência total ou parcial de acompanhantes, episiotomia e até mesmo violência física e psicológica, falta de privacidade e comunicação ao longo do procedimento.

De acordo com Petry *et al.* (2025), em sua pesquisa baseada na proteção do direito à saúde da mulher, é possível observar discriminação de gênero em toda prestação do serviço de saúde para mulheres grávidas, desde o pré-natal até o pós-parto; falta de informação e negligência médica foram relatos em comum para todas as participantes da pesquisa. Além disso, também houve negligência judicial no que se refere às denúncias de violência obstétrica, portanto, percebe-se que os direitos de mulheres gestantes não são devidamente respeitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os direitos humanos das gestantes ainda enfrentam desafios todos os dias, relacionados a desigualdade social, falta de informação e violência obstétrica. Desse modo, é fundamental adquirir uma assistência que respeite a autonomia, o bem estar físico e a segurança desde de o pré natal ao pós parto.

Também se deve destacar a importância da capacitação dos profissionais qualificados, incluindo a fisioterapia obstétrica, que vai contribuir para um parto mais humanizado e prevenção de possíveis agravos. Assim, assegurando que todas as mulheres tenham acesso a um cuidado digno e seguro, independente da sua condição social ou econômica.

REFERÊNCIAS



**XVII Semana
Científica do
Unichrisfapi**

RESILÊNCIA E SAÚDE MENTAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL



Unichrisfapi
CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISFAPI

ARANTES, Brenda Magalhães; GOMES-SPONHOLZ, Flávia Azevedo; BARBOSA, Nayara Gonçalves; MENDES, Lise Maria Carvalho; MAPELLI, Lina Domênica; GOZZO, Thais de Oliveira. **Gestação de alto risco e determinantes sociais da saúde: uma análise discursiva.** Texto & Contexto – Enfermagem, Florianópolis, v. 34, 2025. Acesso em 20 ago. 2026.

DINIZ, Carmen Simone Grilo et al. **Direitos frágeis e desigualdades aprofundadas: atenção à saúde de mulheres gestantes e puérperas na crise sociosanitária da COVID-19.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 30, n. 8, e04202024, 2025. Acesso em 13 ago. 2026.

KEIL, Marina Joice; DELGADO, Alexandre Magno; XAVIER, Mikaela Aparecida de Oliveira; NASCIMENTO, Cassiane Merigo do. **Physiotherapy in obstetrics through the eyes of pregnant women: a qualitative study.** Fisioterapia em Movimento, Curitiba, v. 35, edição especial, e356017, 2022. Acesso em 20 ago. 2026.

LACERDA, Giovanna Maria Oliveira de; MARIANO, Valéria da Costa; PASSOS, Sandra Godói de. **Violência obstétrica e os direitos das gestantes: o que as mulheres sabem?** Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 5, n. 10, p. 42-53, 2022. Acesso em 21 ago. 2026.

LEITE, Tatiana Henriques et al. **Epidemiologia da violência obstétrica: uma revisão narrativa do contexto brasileiro.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, e12222023, 2024. Acesso em 20 ago. 2026.

MEDINA, Edymara Tatagiba et al. **Boas práticas, intervenções e resultados: um estudo comparativo entre uma casa de parto e hospitais do Sistema Único de Saúde da Região Sudeste, Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 39, n. 4, e00160822, 2023. Acesso em 20 ago. 2026.

MEIRA, Daniella Santos; SOUSA, Rafaela Silva de; PUBLIO, Carlos Alberto Maciel. **Violência obstétrica como violação dos direitos humanos.** Revista Foco, v. 16, n. 11, e3769, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n11-224. Acesso em 10 ago. 2026.

PEREIRA, Thaisse Lorena Silva; COSTA, Karoline Silva. **Direitos Humanos e Violência Obstétrica: A Importância da Legislação para Garantir Dignidade às Mulheres.** Revista Acadêmica Online, [S. l.], 2024. Acesso em 10 ago. 2026.

PETRY, Rosana Helena; Maas, Maira Carolina. **A judicialização do direito à saúde das mulheres na Corte Interamericana de Direitos Humanos e sua inter-relação com a discriminação de gênero: standards protetivos.** Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, v. 12, n. 2, e515, maio/ago. 2025. Acesso em 20 ago. 2026.

RODRIGUES, Diana Daik Mendes. **A violência obstétrica à luz dos direitos humanos: uma revisão de literatura.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 10, n. 7, p. 2832-2845, jul. 2024. Acesso em 13 ago. 2026.

SCHETTINI, Andrea Bandeira de Mello; STANCHI, Malu. **Violência e discriminação contra mulheres grávidas: uma análise da violência obstétrica como forma de tortura à**

luz do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Revista Direito GV, São Paulo, v. 22, e2620, 2026. Acesso em 13 ago. 2026.

SCHLEMMER, Jéssica Teles; MATA, Júnia Aparecida Laia da; DUARTE, Maria de Lourdes Custódio; FERREIRA, Kethruyn Guedes. **Desafios vivenciados por mães acadêmicas da área da saúde após a licença-maternidade.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 51, e2, 2026. Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Revista Direito GV, São Paulo, v. 22, e2620, 2026. Acesso em 12 ago. 2026.

SORJ, Bila; FRAGA, Alexandre Barbosa. **Licenças maternidade e paternidade no Brasil: direitos e desigualdades sociais.** Revista Brasileira de Estudos de População, v. 39, e0193, 2022. Acesso em 12 ago. 2026.